

**Competição de Julgamento Simulado do
Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2007
Caso Hipotético: Rosa Luna vs. República de Azar**

PERGUNTAS DE ESCLARECIMENTO

1.

7. Em que hipóteses é possível a extinção do processo sem julgamento do mérito no ordenamento jurídico do Estado de Azar e, em qual delas Rosa Luna foi enquadrada?

Conforme o parágrafo 18 do caso hipotético, no dia 26 de junho de 2003 Rosa Luna foi citada pela primeira vez a declarar diante o juiz a cargo do processo na qual a investigavam pela sua suposta vinculação com o grupo terrorista UNO. Posteriormente, no dia 28 de julho de 2003, seu processo foi extinto sem julgamento do mérito por causa de falta de provas suficientes e ela foi posta em liberdade imediatamente.

8. No Estado de Azar, a legislação penal define o delito de maus tratos como sendo delito de ação ou, também, de omissão?

Conforme o parágrafo 21 do caso hipotético, o Código Penal de Azar tipifica o delito de maus-tratos e lesões nos artigos 100 e 72, respectivamente. Cabe também indicar que a legislação penal de Azar não regula o tipo penal de maus tratos.

9. Que argumentos jurídicos teve o Estado de Azar para condenar ao Sargento Fortunato?

A juíza da primeira instância deu uma sentença no processo iniciado pelas acusações da senhora Luna condenando ao Sargento Fortunato à pena de prisão por considerá-lo autor do delito de maus-tratos. Para ele, levou em consideração a submissão de Rosa Luna a posições que lhe

a submis-5 Td[(m)8(a)-1(us-tratnato)]TJ -0.0009.16 0 Tdediae -pyTdedo M costrovo em con ma1 ÅMCID 59la

liberdade. Em quanto às condições gerais do Centro, estas não tinham nenhuma particularidade.

13. Azar é um país desenvolvido ou em desenvolvimento?

O Estado de Azar é um país em desenvolvimento.

14. Qual é o período máximo de detenção preventiva sob o sistema legal de Azar?

No Estado de Azar o período máximo de detenção preventiva é de 2 anos.

15. Com base em que instrumento/s internacional/internacionais é escrito o memorando de Prof. Guerra?

O Professor Guerra tomou como sua base para a redação do seu memorando as obrigações internacionais do Estado de Azar estabelecidas nos acordos ratificados pelo estado, que são indicados no parágrafo 2 do caso hipotético.

16. Qual é o salário mínimo do Estado de Azar?

O salário mínimo estabelecido legalmente no Estado de Azar é equivalente a US\$200 (duzentos dólares americanos).

17. Com que serviços específicos contava a cela em que se encontrava Rosa Luna e quais eram sus características?

Conforme o parágrafo 7 do caso hipotético, Rosa Luna esteve detida numa cela fria, úmida, de aproximadamente 7m², sem luz natural, apenas um bulbo claro de luz de intensidade muito pequena, sem lavatório nem sanitários. Na altura de sua entrada ao Centro de Detenção, os guardas de prisão forneceram-lhe um colchão e um cobertor.

18. ¿Existe o recurso interno de habeas corpus e em caso afirmativo, o interpôs a advogada de Rosa Luna?

O recurso de habeas corpus é uma garantia que é regulada no direito positivo do Estado de Azar. De acordo com os fatos do caso, a advogada de Rosa Luna interpôs este recurso, mas solicitou a libertação de sua cliente antes o juiz a cargo do processo, petição que foi rejeitado pelo juiz conforme o parágrafo 13 do caso hipotético.

19. Desde que Rosa Luna foi detida no começo do fim de semana, da sexta-feira, do sábado e do domingo, são considerados como dias inábeis no Estado de Azar?

No Estado de Azar da segunda-feira à sexta-feira são considerados os dias de trabalho e de sábados e de domingos dias inábeis.

20. Considerando que a última decisão do processo interno da República de Azar consiste naquela do Tribunal de Recursos, e que a demanda de Rosa Luna foi admitida no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Gostaríamos ter acesso à estrutura do Sistema Judicial da República de Azar.

O Sistema Judicial do Estado de Azar se constitui de três instâncias. No primeiro lugar, estão os juizes dos diferentes foros, ou foro operacional no caso foi o Penal. Em segundo lugar, estão as distintas câmaras de apelações e por último, a Corte Suprema de Justiça integrada por nove ministros.

21. Tendo em vista que a região norte de Azar tem historicamente aspirações separatistas, e que a organização UNO, desde 2003 adota ações armadas diretas, pode-se considerar que haja a presença de um conflito armado no Estado de Azar?

O Estado de Azar não se encontrava numa situação de conflito armado interno.

22. Visto que Rosa Luna foi acusada de crime de terrorismo e presa, indagamos a justificativa da extinção do processo interno sem o julgamento do mérito.

No dia 26 de junho de 2003 Rosa Luna foi citada pela primeira vez a declarar antes o juiz encarregado do processo em que seu presumido vínculo com o grupo terrorista ONU foi investigado. Mais tarde, no dia 28 de julho de 2003, o seu caso foi extinto definitivamente pela razão de provas insuficientes e ela foi liberada imediatamente.

23. A que se refere o "questionamento enérgico" à interpretação dos alcances da Convenção Americana de Direitos Humanos constantes da petição do Estado de Azar?

Conforme o parágrafo 30 do caso hipotético, o Estado de Azar questionou energicamente a interpretação que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou sobre os fatos do caso hipotético. Com esta expressão nós referimos aos argumentos usados pelo Estado alegando que os fatos do caso não deram forma a violações nem à integridade pessoal, nem à liberdade judicial, nem às garantias e proteção judiciais, nos termos em que se encontram protegidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos; e não deram forma as torturas de acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura.

24. Qual é o sexo das pessoas encarregados da guarda e do cuidado de Rosa Luna?

As pessoas encarregadas da guarda e do cuidado de Rosa Luna eram do sexo masculino.

25. Conforme a legislação da República de Azar, que se entende por maus-tratos e humilhações?

Refira-se à resposta da pergunta 2.

26. O interrogatório no qual o estudante José Guevara denunciou Rosa Luna foi realizado nas mesmas diretrizes do memorando elaborado pelo Professor Gabriel Guerra?

O interrogatório a qual o estudante Josué Guevara foi submetido e no que denunciou Rosa Luna foi realizado com as mesmas diretrizes do memorando elaborado pelo Professor Gabriel Guerra.

27. Havia norma promulgada pelo Estado anteriormente à prisão de Rosa Luna que estabelecia tratamentos excepcionais, tais como prisão preventiva e detenção incomunicável, para suspeitos de prática do delito de terrorismo?

Na altura da detenção, existia no Processo Penal da República de Azar uma norma que estabelecia a proibição de conceder a liberação aos autores ou contribui

Versão em português: “[...] O Estado negou-se a cumprir as recomendações da Comissão Interamericana, alegando que havia obstáculos legais incontornáveis – que o obrigariam a violar os direitos dos que tiveram seus processos penais **extintos sem julgamento do mérito** – para poder cumprir a decisão do órgão de proteção.”

Versão em espanhol: “[...] El Estado se rehusó a cumplir con las recomendaciones de la Comisión Interamericana para lo cual alegó que existían obstáculos legales insalvables que lo obligarían a violar los derechos de los **sobreseídos penalmente** para cumplir con la decisión del órgano de protección.”

Versão em inglês: “[...] The State refused to comply with the recommendations of the Inter-American Commission, alleging the existence of insurmountable legal obstacles that would require it to violate the rights of the **acquitted individuals** in order to comply with the Commission’s decision”.

A versão em português do Caso Hipotético traz a afirmação de que se o Estado cumprisse com as resoluções da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ele violaria o direito dos indivíduos que tiveram seus processos extintos sem julgamento do mérito. Na versão em espanhol, por outro lado, afirma-se que tais processos foram apenas suspensos. Por sua vez, a versão em língua inglesa afirma que os mesmos indivíduos foram absolvidos e, portanto, o mérito de seus processos tinha sido julgado. Assim, resta clara a contradição existente entre as três versões. Qual delas deve ser adotada pelas equipes?

Esta pergunta refere a um probleo 0c 0.0555i6oTw -15.3 ()Tj0absolvidos0550089 Tw T*:00srobllav 71

ele assessorou a todos os empregados civis na interrogação, orientando cada etapa da interrogação e documentando em todo momento a reação de Rosa Luna às técnicas utilizadas.

43. Quais são as implicações ou os efeitos jurídicos de incorporar (e não ratificar) um tratado internacional ao ordenamento legal do Estado de Azar?

Conforme o parágrafo 2 do caso hipotético, o Estado de Azar ratificou e incorporou ao seu direito positivo todos os acordos internacionais citados no referido parágrafo.

44. Por que se utilizou o memorando confidencial sobre os lineamentos dos interrogatórios encomendado ao Prof. Guerra durante o processo penal de Rosa Luna?

O referido memorando continha lineamentos para a condução de interrogatórios nos casos em que estivera em jogo a segurança nacional e, neste sentido, o delito de terrorismo pelo qual Rosa Luna foi investigada entrava dentro desta categoria.

45. A jurisdição de Azar antecipa a intervenção das forças armadas nas interrogações a civis por causa dos delitos que atribuem a Rosa Luna (tentativa de roubo de um armazém militar e co-autoria de um delito de terrorismo)?

Não existe no Estado de Azar norma alguma que outorgue aos militares a intervenção em interrogatórios de civis pelos delitos das quais Ros-5(tórejo)?e aio)T doda

obstáculos legais incontornáveis.” Em virtude disto, qual é o texto das recomendações realizadas pela Comissão Interamericana ao Estado de Azar?

Refira-se a resposta da pergunta 37.

50. ¿Rosa Luna recebeu algum tipo de reparo pelos delitos cometidos contra ela?

Refira-se à resposta da pergunta 40.

51. De acordo com o ponto 16 dos fatos caso, o procedimento de interrogação foi estabelecido a través de una Ordem Ministerial. Em que condições jurisdicionais se encontram em estes momentos esse ato administrativo? Foi declarado nulo o pelo contrario ainda é vigente?

Conforme o parágrafo 2 do caso hipotético, os interrogatórios se desenvolveram conforme aos procedimentos estabelecidos por uma ordem ministerial. O referido ato administrativo se encontra ainda vigente no Estado de Azar.

52. Dos fatos do caso se infere em duas ocasiões que JUAN SOL, é "companheiro" de Rosa Luna y numa se define ele como "marido." Qual é o tipo de relação afetiva ou jurídica antes y depois dos fatos do caso?

Conforme aos fatos do caso hipotético, Juan Sol y Rosa Luna são conjugal. Não estão casados legalmente.

53. Como descreveram os legisladores do Estado de Azar o tipo penal de terrorismo do que Rosa Luna foi acusada na qualidade de co-autora?

Refira-se à resposta da pergunta 38.

55. Que atos de corrupção cometeu o Estado de Azar, que provocaram que Rosa Luna invocará um artigo interpretativo (artigo I) da Convenção Interamericana contra a Corrupção?

Conforme o parágrafo 29 do caso hipotético, Rosa Luna denunciou ao Estado de Azar pela violação do artigo 1 da Convenção Interamericana contra a Corrupção. O citado artigo fixa o alcance do termo de funcionário público, invocado por Rosa Luna aos efeitos de estabelecer as responsabilidades das pessoas responsáveis dos delitos denunciados.

56. As condições de detenção de Rosa Luna foram equivalentes a/melhor que/pior que outras pessoas condenadas no Centro de Detenção?

As condições de detenção às quais Rosa Luna foi submetida durante o período que permaneceu privado de liberdade no Centro Feminino de Detenção, eram as mesmas às do resto das mulheres que se encontravam fechadas no Centro. Sua situação se diferenciou do resto das mulheres na

58.

Não se entende a pergunta. Não sabemos se refere à percentagem do orçamento nacional de Azar

de Detenção Feminino de Azar durante parte ou todo o tempo de 13 de junho de 2003 a 28 de julho de 2003?

Rosa Luna era a única mulher que se encontrava detida no Centro Feminino de Detenção de Azar que estava sendo investigada por sua suposta vinculação com o grupo UNO.

81. Como se encontra tipificado o delito de terrorismo na República de Azar?

Refira-se à resposta da pergunta 38.

82. O parágrafo 21 do caso hipotético indica que no Código Penal da República de Azar o delito de tormentos está tipificado. Assim, que condutas se encontram incluídas em dita tipificação como constitutivas do delito de tormentos?

Refira-se à resposta da pergunta 2.

83. De conforme com a legislação da República de Azar, quais são os critérios e baixo a assumida comissão de que delitos pode-se manter incomunicado/a um/a detido/a?

Refira-se à resposta da pergunta 46.

84. Existe na República de Azar o recurso de Hábeas Corpus?

A garantia constitucional do Hábeas Corpus está prevista na Constituição de Azar e regulada por uma norma especial.

85. A vítima Rosa Luna foi reparada em sede civil no foro interno?

Refira-se à resposta da pergunta 70.

86. Rosa Luna tinha, segundo ao direito vigente, a possibilidade de se abster de declarar?

Conforme a la normativa vigente del Estado de Azar que regula los procedimientos penales, Rosa Luna tenía la posibilidad de abstenerse de declarar.

87. Sobre o delito de tormentos, devemos equivaler este termo ao de tortura, conforme aparece definido na Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura? Isto não está especificado no caso hipotético.

Para os efeitos das análises do caso, o delito de “tormentos” regulado pelo artículo 100 do Código Penal de Azar é equivalente ao delito de tortura. Ao respeito, poderá utilizar a Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar a Tortura para os efeitos de interpretação dos fatos.

88. O caso hipotético indica que “a decisão da Câmara Penal ficou firme no dia 18 de setembro de 2006”. Cabia algum outro recurso diante o Tribunal Supremo ou Corte Suprema desta República? Isto tampouco está especificado no caso hipotético.

A legislação de Azar não estabelece outro tipo de recurso que poderia se interpor contra a decisão da Câmara Penal que ficou firme no dia 18 de setembro de 2006, conforme o parágrafo 28 do caso hipotético.

89. Que recomendações a CIDH fez ao Estado dentro de seu informe? (Par. 31)

Refira-se à resposta da pergunta 37.

investigam delitos de terrorismo. As regras que deverão ser seguidas neste tipo de investigações são as contempladas no Código Penal de Azar.

96. O Ministério Público de Azar acusou ao Sargento Fortunato, os Coronéis Lona e Jundia, o Ministro do Interior, Ministra de Defesa e Ministro de Justiça do delito de maus-tratos a base de quais fatos e provas produzidas, respectivamente?

Conforme o parágrafo 24, o Ministério Público acusou ao sargento Fortunato, aos coronéis Lona e Jundia, ao Ministro do Interior, a Ministra de Defesa e ao Ministro de Justiça pela sua participação no delito de maus-tratos na qualidade de autores imediatos e mediatos. As provas que o Ministério Público considerou para proceder à referida acusação foram os informes médicos proporcionados pelos médicos alegados a Rosa Luna.

97. Tanto o médico como o psiquiatra ou psicólogo, esteve presente nos interrogatórios aos quais Rosa Luna esteve submetida nos dias 20 e 21 de junho?

Conforme os parágrafos 9 e 11 do caso hipotético, o psicólogo Luciano Duche entrevistou a Rosa Luna antes de iniciar-se o interrogatório com o propósito de avaliar –em forma general- seu estado anímico. Por sua parte, o psiquiatra Líbero Carnelutti esteve presente em todos os interrogatórios aos quais Rosa Luna foi submetida, com o propósito de prestar assessoramento aos funcionários que realizaram o procedimento.

98. Nos fatos (parte A) é mencionado que a acusação contra a Sra. Rosa Luna é pelo Delito de Terrorismo, mas este delito não é definido. Qual é a tipificação do delito de terrorismo ou delitos de terrorismo?

Refira-se à resposta da pergunta 38.

99. Nos fatos não surge uma definição da palavra "tormentos". Devemos entender que não tem uma definição específica para este termo?

Refira-se à resposta da pergunta 2.

100. O parágrafo 31 do caso menciona as recomendações da Comissão e que o Estado faliu a cumprir com as mesmas. Quais foram estas recomendações? Devemos entender que se refere às violações da Convenção?

Refira-se à resposta da pergunta 37.

101. O parágrafo 31 dos Fatos do Caso estabelece o seguinte: “O Estado negou-se a cumprir as recomendações da Comissão Interamericana, alegando que havia obstáculos legais incontornáveis - que o obrigariam a violar os direitos dos que tiveram seus processos penais extintos sem julgamento do mérito - para poder cumprir a decisão do órgão de proteção.” Quais eram os obstáculos legais incontornáveis que alegou o Estado?

Refira-se à resposta da pergunta 90.

102. O parágrafo 30 dos Fatos do Caso estabelece o seguinte: “...o Estado questionou energicamente a interpretação do alcance da Convenção Americana de Direitos Humanos constante da petição inicial da vítima porque os fatos não constituíam violações da integridade pessoal, da tutela judicial nem das obrigações gerais de garantia”. Que aspectos

específicos questionou o Estado sobre a interpretação dos alcances da Convenção Americana de Direitos Humanos?

Refira-se à resposta da pergunta 23.

103. De acordo com o parágrafo 25 dos Fatos do Caso, no dia 2 de junho de 2006, a juíza de primeira instância, a Dra. Gelman, exarou sentença no caso condenando ao sargento Fortunato à Pena de 4 anos de prisão por considerar-lo autor do delito de tormentos. No entanto, o mesmo parágrafo estabelece que as condições inumanas de detenção às que havia sido exposta a Sra. Luna não enquadravam no tipo penal de tormentos por razão de que a situação atravessada pela Sra. Luna não era conseqüência de uma ação imputável ao sargento Fortunato. Então, foi condenado ou não o Sargento Fortunato pela submissão da Sra. Luna a posições que a provocaram dor e subseqüentes danos físicos e psicológicos?

Conforme o parágrafo 25 do presente caso hipotético, a juíza de primeira instância exarou sentença condenando ao sargento Fortunato a pena de prisão por considerar-lo autor do delito de tormentos. Para ele, susteve que a submissão da senhora Luna a posições que a provocaram dor e subseqüentes danos físicos e psicológicos ocasionados, configuravam o delito de tormentos conforme estabelece o Código Penal de Azar.

Por outro lado, a juíza considerou que as condições de detenção às quais Rosa Luna foi exposta não enquadravam no tipo penal de tormentos, por ser estas conseqüência de uma serie de fatos desafortunados mas não de uma ação deliberada que se pudera imputar ao sargento Fortunato.

104. Que capacidade de reclusos tem a penitenciária "Centro de Detenção Feminino anexo à Prisão de Segurança Máxima de Azar" para alojar em suas instalações, que quantidade de pessoas esta alojando em estes momentos e com quantos guardas conta em este centro?

O Centro de Detenção Feminino de Azar conta com uma capacidade para abrigar a 90 mulheres e mantém um plantão permanente de 30 guardas. Ao momento de produção dos fatos apresentados no caso hipotético, se encontraram detidas no Centro 85 mulheres.

105. Que motivos ou razões de fato e de direito expôs o juiz, para dar como extinto sem julgamento do mérito o caso de Rosa Luna e a colocar em liberdade?

Conforme o parágrafo 18 do caso hipotético, no dia 28 de julho de 2003 o juiz do caso na qual se investigava à senhora Rosa Luna, deu como extinto em forma definitiva o caso e liberou a vítima por não contar com provas suficientes para condená-la.

106. Em base de que argumentos os guardas não permitiram que a advogada de Rosa Luna pudesse ver e falar com ela?

Conforme o parágrafo 6 do caso hipotético, Rosa Luna pôde comunicar-se pela primeira vez com sua advogada no momento que ingressou ao Centro de Detenção Feminino. A partir de então e durante todo o período que permaneceu privado de liberdade, pode manter um acesso formal com sua representante.